

RECURSO ESPECIAL Nº 1.824.450 - MG (2019/0194749-7)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : ALEXANDRE CARLOS GOMES
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

PENAL. RECURSO ESPECIAL. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. ART. 89, DA LEI N. 9.099/1995. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. RECURSO MINISTERIAL. REVOGAÇÃO DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO APÓS O FIM DO PERÍODO DE PROVA. POSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO FIRMADO NO **RESP 1.498.034/RS**. TEMA N. 920. SÚMULA 568/STJ. INCIDÊNCIA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea **a**, da Constituição da República, contra o v. acórdão prolatado pelo eg. Tribunal de Justiça estadual.

Consta dos autos que o MM. Juízo de primeiro grau, com fulcro no art. 89, § 5º, da Lei n. 9.099/1995, declarou **extinta a punibilidade** do ora recorrido (fl. 68).

Foi interposto, pelo ora recorrente, **recurso em sentido estrito**, tendo o eg. Tribunal de origem, em decisão unânime, negado provimento ao recurso (fls. 100-112). Eis a ementa do **decisum**:

"RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO - PEDIDO DE REVOGAÇÃO DO BENEFÍCIO - PERÍODO DE PROVA ULTRAPASSADO - EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. Havendo descumprimento das condições impostas ao acusado por ocasião da suspensão condicional do processo, a revogação do benefício deve ocorrer durante o prazo em que este se encontrava suspenso, e não depois de transcorrido o período de prova, sendo a declaração de extinção da punibilidade

daquele, nesta última hipótese, medida que se impõe, por força do art. 89, § 5º, da Lei 9.099/95, que prevê: "Expirado o prazo sem revogação, o Juiz declarará extinta a punibilidade".

Opostos **embargos de declaração**, foram eles rejeitados, à unanimidade de votos (fls. 129-144), nos termos da ementa a seguir transcrita:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - ALEGAÇÃO DE OBSCURIDADE NO ACÓRDÃO - INOCORRÊNCIA - REDISCUSSÃO DE MATÉRIA - PREQUESTIONAMENTO - IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO ACOLHIDOS. 01. *Devem ser rejeitados os Embargos Declaratórios opostos contra Acórdão que não contenha qualquer obscuridade, notadamente quando a intenção do Embargante é obter alteração no resultado do julgamento.* 02. *Os Embargos de Declaração para fins de prequestionamento não constituem a via idônea para reexaminar matéria já analisada nos autos.*"

Nas razões do **recurso especial**, interposto com fulcro na alínea **a** do permissivo constitucional, o recorrente sustenta violação ao artigo 89, § 5º, da Lei n. 9.099/1995. Para tanto, argumenta que:

a) *"[...] a pretensão punitiva do Estado só é elidida no caso de efetivo cumprimento das condições estabelecidas, sob pena de se tornarem inócuas as normas em apreço"* (fl. 157);

b) *"[...] não poderia, a Câmara Julgadora, ter mantido a decisão primeva, que extinguiu a punibilidade do crime perpetrado pelo recorrido, sem verificar o efetivo adimplemento das condições estipuladas, nos termos do disposto no art. 89, §§ 4º e 5º, da Lei n.º 9.099/95"* (fl. 158);

c) *"[...] conforme consignado no aresto, restou apurado o descumprimento de uma das condições impostas ao recorrido durante o período de prova"* (fl. 162).

Requer, ao final, o provimento do recurso especial, para *"que seja restabelecida a vigência do artigo 89, §5º, da Lei n.º 9.099/95, com a cassação da decisão que equivocadamente declarou extinta a punibilidade, revogando-se o sursis processual e determinando-se, em consequência, o*

prosseguimento do feito em seus ulteriores termos" (fl. 163).

Apresentadas as **contrarrazões** (fls. 168-170), o recurso foi **admitido** na origem (fl. 194) e os autos encaminhados a este Superior Tribunal de Justiça.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo **não conhecimento do recurso** (fls. 207-212). Eis a ementa do **parecer**:

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. EMBRIAGUEZ AO VOLANTE. RECURSO ESPECIAL DO RÉU. ART. 105, III, "A" DA CF. ALEGADA OFENSA AO ART. 89, §5º DA LEI Nº 9.099/95. TESE RECURSAL EM DESACORDO COM A JURISPRUDÊNCIA DESSA C. SUPERIOR CORTE DE JUSTIÇA. SÚMULA Nº 83 DO STJ. PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO ESPECIAL."

É o relatório.

Decido.

Razão assiste ao recorrente, em seu reclamo.

Busca o recorrente, em síntese, a cassação do acórdão recorrido, que manteve a declaração de extinção da punibilidade do ora recorrido. Para tanto, menciona que *"[...] não poderia, a Câmara Julgadora, ter mantido a decisão primeva, que extinguiu a punibilidade do crime perpetrado pelo recorrido, sem verificar o efetivo adimplemento das condições estipuladas, nos termos do disposto no art. 89, §§ 4º e 5º, da Lei n.º 9.099/95"* (fl. 158), e que *"[...] conforme consignado no aresto, restou apurado o descumprimento de uma das condições impostas ao recorrido durante o período de prova"* (fl. 162).

O MM. Juízo de primeiro grau, ao declarar extinta a punibilidade do recorrido, assim fundamentou sua decisão:

"Analisando os autos, vê-se que o denunciado deixou injustificadamente de cumprir o que lhe foi estabelecido em audiência, o que lhe acarretaria a revogação do benefício concedido."

Entretanto, após o decurso do lapso temporal de dois anos fixado no termo de suspensão condicional do processo,

extingue-se a punibilidade do recorrente, porquanto a revogação do benefício somente pode ocorrer durante o período probatório e nunca posteriormente.

In casu, o denunciado aceitou e deu início ao cumprimento das condições que lhe foram impostas na data de 24 de abril de 2.017.

Assim, o simples decurso do prazo, sem que tenha ocorrido a revogação do benefício da suspensão condicional do processo, enseja a declaração da extinção da punibilidade do agente, segundo inteligência do art. 89, § 5º, da Lei 9.099/95.

[...]

Ante o exposto, por se tratar de matéria de ordem pública, que pode ser reconhecida de ofício, julgo extinta a punibilidade de Alexandre Carlos Gomes, nos termos do art. 89, 5º da Lei 9.099/95." (fl. 68, grifei).

O eg. Tribunal **a quo**, por seu turno, no v. acórdão impugnado, manteve a decisão monocrática recorrida, de acordo com a seguinte fundamentação (fl. 200):

"Ao exame dos autos, percebe-se que o acusado aceitou a proposta de suspensão condicional do processo em 24/04/2014 (f. 36) e a decisão que declarou extinta a sua punibilidade foi prolatada em 18/08/2017 (f. 49), sendo certo que em tal data o período de prova de dois (02) anos já havia decorrido, sem que houvesse qualquer revogação do benefício, ensejando, assim, a aplicação da previsão inserta no art. 89, § 5º, da Lei 9.099/95.

Com efeito, uma vez expirado o prazo sem revogação do benefício, mesmo em caso de descumprimento de alguma condição, não pode o Magistrado deixar de declarar extinta a punibilidade, posto que a lei não prevê prorrogação de prazo para averiguação do cumprimento das condições, como ocorre, por exemplo, com o sursis e livramento condicional, sendo, portanto, correto o decisum guerreado." (fls. 100-112, grifei).

Pois bem.

Assim dispõe a Lei n. 9.099/1995 acerca dos requisitos para a concessão da suspensão condicional do processo e as suas hipóteses de revogação:

"Art. 89. Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha

sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal).

[...]

§ 3º A suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano."

Da análise dos excertos acima transcritos, constata-se que o acórdão recorrido está em **desconformidade** com o entendimento da Terceira Seção desta eg. Corte, que no julgamento do **Recurso Especial Repetitivo 1.498.034/RS**, da relatoria do em. Min. **Rogério Schietti Cruz**, pacificou o entendimento segundo o qual, se o acusado descumprir condição imposta a ser observada durante o período de prova da suspensão condicional do processo, impõe-se a revogação do benefício, **ainda que essa decisão venha a ser proferida após o transcurso do referido lapso temporal** (Tema 920). Vale dizer, o réu deixa de ser merecedor do benefício, que é norma excepcional, para ser normalmente processado com todas as garantias pertinentes, caso tenha descumprido alguma das condições que lhe foram impostas.

A ementa do julgado possui o seguinte teor:

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSAMENTO SOB O RITO DO ART. 543-C DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. AMEAÇA. LESÃO CORPORAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES IMPOSTAS DURANTE O PERÍODO DE PROVA. FATO OCORRIDO DURANTE SUA VIGÊNCIA. REVOGAÇÃO DO BENEFÍCIO MESMO QUE ULTRAPASSADO O PRAZO LEGAL. ESTABELECIMENTO DE CONDIÇÕES JUDICIAIS EQUIVALENTES A SANÇÕES PENAIAS. POSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO.

1. Recurso especial processado sob o regime previsto no art. 543-C, § 2º, do CPC, c/c o art. 3º do CPP, e na Resolução n. 8/2008 do STJ.

PRIMEIRA TESE: Se descumpridas as condições impostas durante o período de prova da suspensão condicional do processo, o benefício poderá ser revogado, mesmo se já ultrapassado o prazo legal, desde que referente a fato ocorrido durante sua vigência.

SEGUNDA TESE: Não há óbice a que se

estabeleçam, no prudente uso da faculdade judicial disposta no art. 89, § 2º, da Lei n. 9.099/1995, obrigações equivalentes, do ponto de vista prático, a sanções penais (tais como a prestação de serviços comunitários ou a prestação pecuniária), mas que, para os fins do sursis processual, se apresentam tão somente como condições para sua incidência.

2. Da exegese do § 4º do art. 89 da Lei n. 9.099/1995
("a suspensão poderá ser revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta), constata-se ser viável a revogação da suspensão condicional do processo ante o descumprimento, durante o período de prova, de condição imposta, mesmo após o fim do prazo legal.

3. A jurisprudência de ambas as Turmas do STJ e do STF é firme em assinalar que o § 2º do art. 89 da Lei n. 9.099/1995 não veda a imposição de outras condições, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado.

4. Recurso especial representativo de controvérsia
provido para, reconhecendo a violação do art. 89, §§ 1º, 2º, 4º e 5º da Lei n. 9.099/1995, afastar a decisão de extinção da punibilidade do recorrido, com o prosseguimento da Ação Penal n. 0037452-56.2008.8.21.0017." (DJe 02/12/2015 - destaqueei)

No mesmo sentido, destaco os seguintes precedentes:

"PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. OFERECIMENTO DE DEFESA. PRAZO. INOVAÇÃO RECURSAL. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES IMPOSTAS DURANTE O PERÍODO DE PROVA. REVOGAÇÃO DO BENEFÍCIO MESMO QUE ULTRAPASSADO O PRAZO LEGAL. POSSIBILIDADE. ORIENTAÇÃO FIRMADA NESTA CORTE EM RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA (ART. 543-C DO CPC). RESP 1498034/RS.

1. No que tange à alegação de que não foi possibilitado à acusada a abertura de prazo para o oferecimento de sua defesa, tal questão só foi suscitada no presente agravo regimental, tratando-se de inovação recursal. Ademais, tal tema não foi objeto de debate pela instância ordinária, o que inviabiliza o conhecimento do recurso especial por ausência de prequestionamento. Incide ao caso a Súmula 282 do STF.

2. A concessão da ordem de ofício ocorre por iniciativa do próprio órgão jurisdicional, quando constatada a existência de ilegalidade flagrante ao direito de locomoção, não servindo para suprir eventuais falhas na interposição do recurso,

ou mesmo para que sejam apreciadas alegações trazidas a destempo (AgInt no REsp 1606199/ES, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 16/8/2016, DJe 1º/9/2016).

3. A Terceira Seção desta Corte Superior, sob a égide dos recursos repetitivos, art. 543-C do CPC, no julgamento do REsp 1498034/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe 02/12/2015, firmou posicionamento no sentido de que da exegese do § 4º do art. 89 da Lei n. 9.099/1995 ("a suspensão poderá ser revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta), constata-se ser viável a revogação da suspensão condicional do processo ante o descumprimento, durante o período de prova, de condição imposta, mesmo após o fim do prazo legal.

4. Agravo regimental não provido." (AgRg no REsp 1649472/RS, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe 05/05/2017, grifei).

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CRIME AMBIENTAL. ART. 39 DA LEI 9.605/98. REVOGAÇÃO DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO APÓS O FIM DO PERÍODO DE PROVA. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO RECORRENTE OU DE SUA DEFESA PARA JUSTIFICAR O DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES IMPOSTAS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

I - A Terceira Seção desta Corte Superior, ao julgar o REsp 1498034/RS, sob a égide dos recursos repetitivos, fixou a tese de que "Da exegese do § 4º do art. 89 da Lei n.9.099/1995 ("a suspensão poderá ser revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta), constata-se ser viável a revogação da suspensão condicional do processo ante o descumprimento, durante o período de prova, de condição imposta, mesmo após o fim do prazo legal." (REsp 1498034/RS, Terceira Seção, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, DJe 02/12/2015, grifei).

II - Em outra vertente, muito embora seja possível a revogação da suspensão condicional do processo após o fim do período de prova, é necessário oportunizar à Defesa a manifestação acerca do pedido formulado pelo Ministério Público. Precedentes.

III - In casu, não houve intimação prévia do recorrente a fim de justificar o descumprimento das condições,

Superior Tribunal de Justiça

antes da revogação do sursis processual, configurando o constrangimento ilegal apontado pela Defesa.

Recurso ordinário parcialmente provido para anular a decisão do Juízo de 1º grau que revogou a suspensão condicional do processo, determinando-se a prévia intimação do recorrente e de sua Defesa para que possam se manifestar acerca dos motivos que ensejaram o descumprimento das condições impostas. (RHC 84.930/RS, Quinta Turma, minha relatoria, DJe 06/04/2018, grifei)

Com efeito, conforme consignado, o entendimento adotado pelo eg. Tribunal de origem, de fato, diverge da jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça firmada no sentido de que, constatado o descumprimento de condição imposta durante o período de prova do **sursis processual, pode haver a revogação do benefício, ainda que a decisão venha a ser proferida após o término desse período**, por se tratar de decisão de cunho meramente declaratório.

Dessa forma, estando o v. acórdão prolatado pelo eg. Tribunal **a quo** em **desconformidade** com o entendimento desta Corte de Justiça quanto ao tema, incide, no caso o enunciado da Súmula n. 568/STJ, **in verbis**: "*O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.*"

Ante o exposto, com fulcro no art. 255, § 4º, inciso III, do Regimento Interno do STJ, dou provimento ao recurso especial para afastar a extinção da punibilidade mantida no acórdão recorrido, pelo eg. Tribunal **a quo**.

P. e I.

Brasília (DF), 08 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator